

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ANALISANDO AS TERMINOLOGIAS EMPREGADAS

Anthony Renan Brum Rodrigues¹

Maria Eduarda Castelhana de Campos²

Elena Maria Billig Mello³

Resumo:

Esse estudo, realizado por meio do ensino por práticas investigativas, objetivou mostrar como terminologias e expressões podem interferir na estruturação do projeto político-pedagógico - PPP. Foi realizada uma análise documental relativa aos aspectos constitutivos do PPP de uma escola pública, tendo em consideração os postulados de Veiga (2002). Verificou-se a necessidade da re-construção do documento, com revisão detalhada e problematizada a respeito do que a escola pode proporcionar a toda a comunidade escolar, especialmente aos estudantes. Acredita-se, por fim, que isso poderá se firmar em um documento que denote as reais intencionalidades político-pedagógicas da Instituição Educativa para com seus educandos, bem como, também, para com a comunidade escolar como um todo.

Palavras-chave: Política educacional, projeto político-pedagógico, ensino por práticas investigativas

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ANALISANDO AS TERMINOLOGIAS EMPREGADAS

¹ Aluno de graduação. anthonybrum97@gmail.com. Autor principal

² Aluno de graduação. dudacastelhano123@gmail.com. Co-autor

³ Docente. elenamello@unipampa.edu.br. Orientador



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ANALISANDO AS TERMINOLOGIAS EMPREGADAS

1. INTRODUÇÃO

Segundo Vygotsky (2003 *apud* SILVA e LEME, 2009), a cultura é capaz de determinar a maneira como as pessoas pensam. Dessa forma, o autor atribui o modo de pensar de diferentes culturas ao perfil psicológico que fora socialmente construído pela sociedade na qual elas estão inseridas. Sendo assim, a cultura acabaria por se tornar uma espécie de instância mediadora entre as pessoas e o mundo onde vivem, bem como entre as pessoas e elas mesmas; possuindo, assim, a função de determinar o produto das relações humanas (Idem). O desenvolvimento da criança, então, está diretamente ligado à incorporação de sua cultura, enquanto fruto da sociedade, como sugere Pérez Gómez (1998 *apud* SILVA e LEME, 2009).

Partindo desses pressupostos, a educação se tornaria o contato mais amplo e profundo que a criança teria com sua própria cultura, e boa parte disso se dá através do convívio social que ela experimentará por toda sua trajetória escolar. Diante disso, é interessante trazer algumas problemáticas ao assunto, como, por exemplo, a construção do projeto político-pedagógico da escola, por meio de uma gestão democrática; em que haja não só a valorização do sujeito/estudante e de sua unicidade/cultura, mas também, a garantia e o respeito às mesmas.

Tendo isso em mente, Veiga (2002) postula que “[...] o projeto político-pedagógico (PPP) vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. [...] Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”.

Com isso, esse trabalho, que relaciona ensino por práticas investigativas, visa mostrar, resumidamente, através de uma análise problematizada, como terminologias e expressões usadas de maneiras equivocadas e não conceituadas podem interferir na constituição de um documento político-pedagógico importante, como é o caso do PPP.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado no componente curricular de Práticas Pedagógicas III, durante o primeiro semestre de 2017, no curso de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Pampa. O trabalho contou com a realização de uma análise documental investigativa do projeto político-pedagógico (PPP) de uma escola pública estadual de um município de médio porte da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul; tudo sob a autorização da direção, a qual nos entregou uma cópia do PPP para que pudéssemos realizar a investigação.

O componente curricular de Práticas Pedagógicas III é sustentado através da ementa que prevê a consulta ao projeto político-pedagógico de uma escola, conhecendo/identificando as teorias pedagógicas que fundamentam o mesmo, bem como o contato com docentes sobre conhecimento do PPP e teorias que embasam sua prática pedagógica. Objetiva, assim, promover a inserção do licenciando no contexto escolar, bem como a observação reflexiva sobre o ensino de Ciências Naturais (Ensino Fundamental) e Ciências da Natureza e suas tecnologias (Ensino Médio) na Educação Básica.

O estudo se caracteriza como uma análise documental realizada por meio do ensino por práticas investigativas; isto é, com intuito de aproximar os(as) acadêmicos(as) às práticas científicas através da investigação. Nisso, os(as) acadêmicos(as) autores do estudo, realizaram uma análise investigativa e problematizada a respeito dos tópicos constituintes de um PPP. Anteriormente, no coletivo da turma, foi construído um roteiro prévio de análise, o qual contava com o que deveria ser levado em consideração na mesma.

Os dados coletados, a partir da análise investigativa, foram analisados levando em conta as considerações postuladas por Veiga (2002) em seu livro “Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível”, em que autora supracitada sugere o que deve ser considerado na construção de um PPP. A partir disso, o grupo realizou algumas considerações sobre o PPP analisado e formulou ideias que nortearam a construção dos resultados do trabalho.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Em geral, o Projeto Político-Pedagógico da Instituição que foi analisado está estruturado no que diz respeito às disposições constituintes da construção de um PPP (Veiga, 2002): finalidades, estrutura organizacional, currículo, tempo escolar, processo de decisão, relações de trabalho e avaliação. Entretanto, há alguns detalhes que devem ser problematizados e analisados, como algumas terminologias e expressões utilizadas.

No tópico “filosofia” (PPP, p. 6), é levantado temas como ética, moral, respeito, liberdade consciente etc., que norteariam as disposições filosóficas do documento. O tópico conceitua uma visão ideal de “cidadãos felizes”, em que esses, por sua vez, estariam “aptos para interagir no contexto social, oportunizado pelo trabalho nas diversas áreas do conhecimento” (PPP, p. 6), uma vez que a busca coletiva à valorização dos temas supracitados seja seguida pela Instituição educativa.

Tais temas se repetem não conceitualmente ao decorrer do documento; como, por exemplo, no subtópico “sociedade” (PPP, p. 7), aparece a “sociedade ideal”, que seria aquela que, além de promover a inclusão social, enfatizaria “os valores morais, religiosos, sociais e éticos”. O documento não conceitua os termos, relativizando-os e os tornando passíveis de interpretações individuais.

A moral é uma palavra que se origina a partir do vocábulo latino *mos*, o qual significa “costumes”; referindo-se às normas que orientam o comportamento humano, tendo como base os valores próprios de uma dada comunidade ou cultura (COTRIM e FERNANDES, 2010). Levando em consideração a distinção entre as comunidades humanas, tanto em questão de espaço quanto de tempo, os valores tendem a se distinguir entre si, dando origem a códigos morais diferentes (Idem).

A ética, por sua vez, provém do grego *ethikos*, que significa “comportamento”. Dessa maneira, etimologicamente, os dois termos podem dizer quase a mesma coisa. Entretanto, a ética investiga mais especificamente o que é a moral, os sistemas morais que os humanos elaboraram como forma de buscar compreender a fundamentação que constitui as normas e proibições criadas por eles mesmos (Ibidem); possivelmente, como forma de limitar suas ações enquanto integrantes de uma sociedade – a tal liberdade individual, ou como é chamada por muitos: “liberdade consciente”.

Vê-se, então, que a moral e a ética são terminologias que, quando não conceituadas, tornam-se relativizadas e passíveis de interpretações equivocadas. Uma vez que dizem respeito à conduta humana, podem ser usadas como maneira

de opressão, pois não dizem respeito a um critério único e absoluto, e sim, relativo. Os valores éticos e morais que guiam a vida de um sujeito podem não ser os mesmos que guiam a vida de outro. É necessário esclarecer esses aspectos.

É observado, ainda, a expressão “valores religiosos” (PPP, p. 7) como algo a ser enfatizado em uma sociedade ideal. Tratando-se de um documento político, ora, por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos, o PPP deve manter a laicidade em suas instâncias constituintes, assegurado pela Constituição Federal de 1988, Art. 19, e pela LDB nº. 9.394 de 1996. Muito embora o Estado assegure constitucionalmente o ensino religioso como componente curricular obrigatório, mas de matrícula facultativa nas escolas públicas de Ensino Fundamental (BRASIL, CF/1988, Art. 210, § 1º), deve-se respeitar a liberdade de crença individual de cada cidadão, como também está assegurado constitucionalmente (Art. 5º. VI). Com isso, compete às instituições públicas de ensino básico também observar o que dispõe a LDB nº 9394/1996, em seu Art. 33 (BRASIL, 1997), com redação dada pela Lei nº 9475/1997 sobre o ensino religioso, que possui matrícula facultativa, e “é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

Ademais disso, há siglas utilizadas no documento que não possuem seu significado explicitado, tornando-se difícil o entendimento das mesmas, como SSE (serviço de supervisão escolar) e SOE (serviço de orientação educacional) (PPP, p. 9).

No PPP há muitas referências ao autor Paulo Freire (2011) através de algumas expressões e terminologias, como “construção de conhecimento” e termos como “educando” em contextos educativos e sociais do documento. Embora essas citações, de modo indireto, não pareçam intencionais, acabam por transparecer uma reflexão superficial sobre como o assunto é tratado; sem uma real instrução de embasamento teórico sobre o mesmo. Surgindo, assim, outra reflexão da análise do documento: o uso de referências ao autor anteriormente referido, realizadas sem aprofundamento e reflexão necessários, pode levar a fundamentação teórico-prática freireana a ter um aspecto corriqueiro, sem o ponderamento esperado sobre suas ideias. Relativizando, contudo, fomentos teóricos importantes para a construção de um PPP.

Segundo Gadotti (2012 *apud* Freire, 2011), a educação é capaz de fazer com que sejam formados tanto sujeitos, quanto sujeitados. Podendo, assim, a mesma ter uma ação cultural que sujeita à dominação ou à libertação: a educação bancária e libertadora. Freire (2011) conceitua, ainda, esses dois modos de educação, relacionando-as à construção do conhecimento: a educação libertadora – por meio da valorização do que os educandos já sabem, seu conhecimento empírico; e a outra – a educação bancária – que não leva em consideração a bagagem de conhecimento trazido pelos educandos, vendo-os como um depósito de ideias pré-estabelecidas.

Nesse sentido, considera-se imprescindível que seja realizada revisão conceitual das terminologias utilizadas na escrita do PPP; além da inserção de aspectos ausentes que foram encontrados durante a análise do documento, como a inexistência de quaisquer dados de identificação no documento; embora, na capa, constasse o nome completo da instituição e a cidade de localização, não está postulado sob um local devidamente correto. Além, de não haver algum tópico ou

passagem que fale a respeito dos recursos financeiros da escola, entre outros aspectos que neste resumo não foram apresentados.

Para Veiga (2002, p. 14), “buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para os educadores, pais, alunos e funcionários”. O que se torna ainda mais claro, uma vez que a escola é coletiva, e a construção de um projeto político-pedagógico deve ser também. A autora ainda frisa que o PPP não visa apenas uma reorganização, mas a “qualidade do processo vivido”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o que foi apresentado como objetivo no início do estudo, vê-se que as terminologias devem ser melhor estudadas antes de serem postuladas em um documento político-pedagógico como o PPP; pois poderão trazer à tona problematizações a respeito da escolha dessas terminologias inadequadas para um documento tão importante como esse.

Dessa forma, como fora mencionado anteriormente, a incorporação cultural de um sujeito é socialmente construída à medida em que ele se insere no âmbito social, e, por meio dessa incorporação social, política e cultural, a maneira como ele pensa está diretamente relacionada às experiências por ele experimentadas nesse âmbito. Compreendendo, assim, que a escola se constitui como parte desse âmbito, e que os postulados do PPP regem o mesmo, faz-se presente a importância da verificação daquilo que está escrito como parte de sua identidade; ora, pois, cada um dos grupos de indivíduos que integram esse âmbito e identidade devem se sentir devidamente representados enquanto sujeitos participantes do referido meio.

No mais, vê-se que a Instituição poderá estar a caminho para melhorias educacionais, ainda que, algumas passagens do PPP, demonstre características tradicionais e o uso de terminologias que tem a intencionalidade mais avançada, mas que não denotam o aprofundamento teórico-prático devido. Assim, com a atualização e (re)construção do documento, com revisão detalhada e problematizada a respeito do que a mesma pode proporcionar aos estudantes, acredita-se que poderá se constituir no documento que denotará as reais intencionalidades político-pedagógicas da Instituição Educativa.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988 [internet]. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. [acesso em 26 ago 2017]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe das Diretrizes e Bases da Educação Nacional [internet]. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, 1996. [acesso em 26 ago 2017]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

COTRIM, G.; FERNANDES, M. Fundamentos de filosofia. 1.ed. São Paulo, Saraiva, 2010. 368p.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011. 184p.

GADOTTI, M. Por que continuar lendo Pedagogia do oprimido? Revista de Políticas Públicas, v. 16, n. 2, p. 459-461, São Luís, 2012.

PÉREZ GÓMEZ, A.I. A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula. In: SACRISTÁN, J.G.; PÉREZ GÓMEZ, A.I. Compreender e transformar o ensino. Tradução de: E. F. Rosa. 4.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA PÚBLICA XX – PPP. Uruguaiana, XX.

SILVA, C. L.; LEME, M. I. S. O papel do diretor na implantação de uma cultura educacional inclusiva. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 29, n. 3, p 494-511, set. 2009.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14.ed. Campinas, Papirus Editora, 2002. 192p.